

## REFLEXÕES SOBRE FRONTEIRAS SUL-AMERICANAS

*Marco Aurélio de Oliveira<sup>1</sup> e Paulo Marques Esselin<sup>2</sup>*

### **Resumo**

Este artigo, apresentado com formato semelhante ao de ensaio, pretende discutir as fronteiras da América do Sul a partir do reconhecimento da existência de uma lógica própria a elas, ou seja, uma lógica fronteiriça. Para tanto, o texto está dividido em dois dos seus sentidos: a política e a lei. O ponto de partida é a busca pela restauração do debate sobre a metodologia aplicável aos estudos e pesquisas sobre fronteira, em especial naquele continente. Estudos geográficos podem ser entendidos como sustentáculo das observações, mesmo que sobre eles recaiam dicotomias a serem evitadas. Analisamos, também, aqui os sentidos religiosos e as crises derivadas do pensamento científico sobre elas instalado.

**Palavras-chave:** Fronteira, Política, América do Sul.

### **Abstract**

This article, presented with similar format to an essay, discusses the boundaries of South America from the recognition of its own logic to them, i.e. a logical border. Therefore, the text is divided in two senses: politics and law. The starting point is the quest for the restoration of the debate on the methodology for studies and research on the border, especially in that continent. Geographical studies can be understood as the mainstay of the comments, even if they fall on dichotomies to be avoided. Here we also analyze the senses and religious crises derived from scientific thought installed on them.

**Keywords:** Borders, Policies, South America.

---

<sup>1</sup> Professor na *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, Brasil.

<sup>2</sup> *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, Brasil.

*“A ciência manipula as coisas e renuncia a habitá-Ias.”*

Maurice Merleau-Ponty (*O Olho e o Espírito*)

## **Introdução**

É sabido que a história da América do Sul, assim como todas as histórias das Américas, que vieram a tornar-se europeias, é uma história, inicialmente, litorânea. Fruto de uma história atlântica e católica, ela misturou-se com outras tantas histórias, mas, insinuantemente, como sua a cartografia costeira, permaneceu litorânea. A sobrevivência estava nos portos e não nas estradas. Escravizados, burocratas, administradores coloniais, mulheres, pajens, médicos, padres e loucos tinham seus olhares para o nascente Atlântico, de um lado, e para o poente Pacífico, de outro. O centro do Continente era de uma distância que apenas os aventureiros poderiam aferir.

A construção da América do Sul não somente iniciou-se assim, pretendeu-se perpetuá-la desta maneira. Aí residiu um equívoco parcial e uma perversa ilusão, pois, tudo que não era litorâneo, apenas era decorrente dele. Dizemos equívoco parcial porque, mesmo contando com figuras como Ñuflo de Chaves ou Cabeza de Vaca, ou entradista e bandeirantes, por exemplo, como expressões de uma vida costeira que se aventurou no interior para dar mais sentido a ela mesma, construíram-se vários caminhos em direção ao centro do continente que passou a ser inevitável e de mão única. E a ilusão reside na tentativa de explicar o centro do Continente, exclusivamente, a partir do litoral. Esse paradigma ainda encontra os seus defensores, cada vez mais raros e frágeis. Salientamos a fragilidade porque, por exemplo, o centro do continente já estava desde o século XVI numa formação que nos exige estudos e discussões sobre os modelos de colonização, colonialismo e neocolonialismo, regimes de governo e de trabalho, civilização e barbárie. Ou seja, os estudos sobre América do Sul devem ser inseridos numa lógica de grandes temas, grandes assuntos, que se pretendiam exclusivos na grandeza litorânea.

Da mesma maneira encontram-se os estudos de fronteira, retidos numa triplicidade digna de tocaia: ignorada pelos estudiosos tradicionais, especialmente os eruditos, marginalizada pela imensa

maioria dos pesquisadores e, resgatada por parcela de estudiosos. Aquilo que se mostra como um problema de todas as ordens pode significar uma trajetória que não deixa de ser interessante: a fronteira como ignorada, marginalizada e resgatada. Seja em qual for o âmbito, sua carência está de tal forma instalada que um dos preceitos dos estudos e pesquisas encontra-se em compasso de espera por novas definições: metodologia. O que demonstra fragilidade pode ser entendido como fator altamente relevante, uma vez que as inclinações metodológicas encaminham-se para receituários de procedimentos.

### **1. Problemas metodológicos**

O que deve saber na pesquisa, o pesquisador? Esta é uma pergunta que se isenta de qualquer ingenuidade, uma vez que aquilo que está oculto, e que revelará ao pesquisador a sua resposta, ou seja, o pesquisado encontra-se de tal forma velado, que, por vezes, nos esquecemos que nosso interesse por ele só ocorreu no momento em que um de seus traços se tornou manifesto. A condição variante do objeto pesquisado, no nosso caso a fronteira, só pode ser instalada por um sofisma. E, por entender que o sofisma significa incorrer em erros lógicos, manifestos sob a forma de um discurso, é que nos dedicaremos àquilo que bem observou Lacan (1998, 199), que toma forma de discurso para se reconfigurar e “é encontrado na ação do político: o bom lógico, odioso ao mundo”. E, para tentar responder à pergunta, e tentando indicar o seu caráter ardiloso, começamos por uma crítica àquilo que é designado como fantasia ou devaneio. Ou seja, as fronteiras não podem ser uma superstição.

No nosso entendimento, a metodologia não se trata de apenas de procedimentos, uma vez que a ela antecede a construção de preceitos e conceitos que darão sustentabilidade e recursos à própria aplicabilidade. O preceito inicial, portanto, o que origina a existência da fronteira, é, em nosso entendimento, a política. Não apenas ela, a história, sobretudo, é siamesa no encaminhamento metodológico, pois, tentando escapar aos ímpetus cartesianos, a política e a história não são dicotômicas, ao contrário, são “objetos” de estudos, senão o próprio estudo. A partir deste entendimento, o personagem “fronteiriço”, no caso deste texto, é resultado e elaborador do processo que o criou.

Parafraseando Buffon, quando afirmou que ‘o estilo é o próprio homem’, encontramos uma cilada: seria a fronteira o seu próprio estilo? Ou seja, a tentação em pavonear o estado também pode se instalar nos estudos de fronteira. Mais do que uma retórica, aquela idéia criou um paradigma fantasioso, muitas e inúmeras vezes reproduzidos, inclusive no âmbito da ciência. O que

tentaremos aqui neste artigo, portanto, será delinear um estudo sobre a lógica própria à fronteira, que denominaremos por 'lógica fronteira' para, exatamente, tentar escapar às armadilhas que aquele pensamento narcísico se manifesta. Para tanto, abordá-la-emos em dois dos seus sentidos: a política e a lei. Esta divisão encontra-se no princípio do que se destaca.

## 2. Reconhecimentos

Percebe-se nas cidades fronteiriças sul-americanas uma profunda espera por novas interpretações e permanentes diálogos que lhes dêem oportunidades de romper com antigos conceitos. Se, por um lado, as fronteiras trazem em si a marca irreparável da complexidade, por outro, na dimensão política do nosso continente, ela expressa-se numa variedade temática que impressiona.

Diversos são os historiadores, sociólogos, geógrafos, cientistas políticos, antropólogos, e investigadores de tantas outras áreas do saber, que têm se debruçado nos seus estudos sobre a América Latina. Muitas, até mesmo inquantificáveis, são as suas colaborações. Contudo, há ainda severos traços positivistas que circunstanciam o entendimento sobre nosso Continente, que num evidente equívoco, é dicotomicamente dividido entre espanhóis e portugueses. Este recorte revela-se, por exemplo, como um impeditivo para a compreensão de suas vidas internacionais, bem como dos outros povos que o compõem.

Um exemplo disso está relacionado com a presença de imigrantes de outras ordens que não aquelas, de escravizados e de nativos e dos seus desdobramentos ao longo do Continente. A pontualidade dos estudos corre o risco da sua diminuição, pois, pensamos que será muito árdua a tarefa de investigar qual a etnia, religião ou nacionalidade, de qualquer parte do mundo que não esteja presente na América do Sul, instância dramática da evolução da cultura e da humanidade. Ou seja, o Continente, como nos ensinou Octávio Ianni (1993), ainda carece de conceituações.

Neste sentido, há que se reconhecer o fato de termos, nos nossos estudos sobre fronteira, dívidas profundas com os geógrafos. São deles enormes e, por muitas vezes, imensuráveis colaborações sobre este tema; afinal, como nos ensinou Lacoste (1988), a Geografia é elemento constitutivo dos estudos do estado e sobre ele. E, não há como falar das fronteiras internacionais sem reconhecer, ao menos na modernidade, o sentido estatal que ela possui. Deparamo-nos sempre com um leque muito grande de colaborações da Geografia para uma segura investigação sobre as fronteiras estatais, como: noções sobre espaço e tempo, dinâmicas populacionais e econômicas, estruturas políticas, e tantas outras grandes categorias de análise formam um conjunto sólido de pensamento que se delinea sobre diversas ramificações das sociedades contemporâneas e históricas. Contudo,

há algo suspenso e que, quando abordado pelos geógrafos, apresenta-se de forma sujeitada à lógica formal do Estado, talvez em razão à sua raiz mencionada. Isso faltante, que por várias vezes carece de nome, pode ser frequentemente explicitado, mas ainda pouco denominado.

Gigantesco espaço que há meio milênio tem instalado o conflito, seja como denominador ou moderador de um binômio calcado na aproximação e no distanciamento, a América do Sul é política por excelência. E a lógica de todos os conflitos, desde aqueles instalados nas altas esferas governamentais, até os vividos na carne pelos personagens da fronteira, tem sua raiz na política. É dela que emana, paradoxalmente, toda a força integradora.

Sabemos que a América do Sul, tal como a reconhecemos neste estudo, foi feita, a partir do processo colonizador, pelas vias da experiência migrante, fossem os europeus, os africanos escravizados, num primeiro momento, ou imigrantes de todas as origens, em especial a partir do século XIX. Esses imigrantes foram participantes diretos do processo de consolidação das fronteiras de uma América do Sul recém-libertada e independente. Basta verificar a histórica presença de incontáveis deles em Buenos Aires, Montevideo, Asunción, Corumbá, Sena Madureira, Salta, entre tantas outras.

O imigrante, que é um dos mais inquietantes personagens da história política da humanidade, encontra na fronteira o seu lugar máximo de transitoriedade, pois é, por um lado expressão que resulta da sua decisão de saída, segundo Sayad (1998), e, por outro, o contorno insinuante que a fronteira designa. Observando bem, desde a história mais remota, podemos arguir que o migrante é, por excelência, lugar comum da humanidade. E, desse ponto não pode decair. E, assim, a principal motivação para estudar os migrantes, nacionais ou não, com certeza, não deve residir nos traços narcísicos do investigador. Ao contrário, deve estar no reconhecer que aquilo que rotula como ‘objeto de estudo’ é muito maior que o estudioso. Formular ideias que rompem com o sentido negativo dado ao imigrante por Platão é uma postura de ousadia. Mas, para trilhar esse caminho, não basta reconhecer que o migrante exista, tenha sonhos, planos e relações com os que já vivem no novo local dele. É preciso, sobretudo, captar as negociações existentes que definem as aceitações recíprocas, algo que falta, em muito, ser mais bem avaliado. É certo que, como ensinou Abdelmalek Sayad, o imigrante carece de um Maquiavel, mas, também, de um Merleau-Ponty, capaz de nos ensinar a observar a estética da migração, não apenas sua cartografia. Estudar o migrante implica em reconhecer seu lugar de saída, estudar esse lugar, conhecer palavras, identificar gestos e gostos. O estudioso, assemelhando-se ao migrante, deve renunciar a algumas pazes.

Sendo a América do Sul mais uma das expressões do corrente pensamento moderno e ocidental, construído pela separação entre os que eram e os que não eram europeus, cristãos e brancos, podemos inseri-la numa espécie de reconhecimento: a sua novidade está instalada na ausência de conceituação, na política e no imigrante, movidos à feição dos seus conflitos. E, seguindo este raciocínio, a ordem das nações determina a ordem das relações fronteiriças, ao menos em parte. E, neste sentido, importante observar o que os diplomatas falaram e falam sobre cada um de seus países e, por conseguinte, do Continente, como na espessa obra de Balvidieso (1986).

Sabendo que tais ordens, as nacionais, são desiguais, nas fronteiras essas desigualdades também se reproduzem sob o formato político e sob a condução das relações interpessoais com o imigrante. Notável isso nas proximidades urbanas envolvendo Puerto Quijarro, Bolívia, e Corumbá, Brasil, ou Saint Georges, na Guiana Francesa, e Oiapoque, no Brasil, ou, ainda, Saltam na Argentina, e Tarija, na Bolívia, em que estão instaladas as ordens mencionadas que permeiam as formas de convivência entre os fronteiriços, definindo as relações de trabalho, saúde e comércio, por exemplo.

Mesmo que reconheçamos que é da lei introduzida pelo estado que depende o futuro da fronteira, há que se entender que a lógica fronteiriça, por força do seu *status*, a subverte para poder estruturar-se e instalar o seu próprio regimento, concernente às suas marcas “genéticas”: lei e subversão. Ou seja, as leis estatais quando postas em prática em região de fronteira são, parcialmente, colocadas de lado para que se possa estabelecer o convívio dialeticamente demonstrado pela aproximação, entrelaçamento e conflito.

Noutras palavras, haveremos de buscar a Geografia com muito mais profundidade que parte significativa dos geógrafos tem se dedicado.

### 3. Crises

Claude Raffestin construiu um raciocínio muito interessante sobre as fronteiras. A sua ideia estrutura-se numa aceção de ordem e desordem que, por mais paradoxais que possam parecer, são inerentes à fundação da linha espaço-temporal que está na fronteira. A ordem, portanto, é material e moral e incrustada numa morfologia invariável e destacada.

Assim se expressa:

A fronteira, na condição de invariável estrutural ubíqua, é grande reveladora da necessidade que as sociedades têm de serem inventoras dos modos de diferenciação no contexto espaço-temporal, modos que condicionam a seguir

toda uma ordem vivente, definida tanto biologicamente como culturalmente (2005, 12).

Mais adiante, reconhece uma crise:

Condicionada, entre outras, pela representação cartográfica, a representação da fronteira é carimbada pelo selo de um esquematismo, capaz de permitir a perda das noções mais aderentes à nossa cultura e no lado mais essencial de seu profundo significado. Os próprios geógrafos revelaram este esquematismo, ao qualificar as fronteiras de “linhas coloridas ou pontilhadas” (idem, *ibidem*).

Os mapas, a Geografia e a História, portanto, e desde Homero e Tucídides, apresentam-se como ferramentas do poder e do Estado. As interpretações sobre as fronteiras não fugiram a este modelo forjado. Ao contrário, na modernidade, o Estado apossa-se das fronteiras e das suas significações para poder tentar legitimar-se perante os seus estados vizinhos, ao mesmo passo que os estudiosos fazem uso dos mapas para melhor entenderem as fronteiras. Os mapas estão ao serviço de uma busca pela legitimação de uma territorialidade total e estatal, como bem observou Fernando Rabossi:

Totalidades territoriais econômico-legais que, além de ser produzidas *com e por* seus mapas e suas bandeiras, sua língua e sua constituição, também são produzidas a partir de seus regimes de propriedade e de suas moedas; de uma ordem jurídica e uma ordem fiscal. Independentemente da organização da produção e da distribuição, essa territorialidade estatal é matriz dos intercâmbios no duplo sentido do termo: como molde e como articulação de variáveis que a produzem. (Rabossi, 2004, 13-14).

Devemos entender que a ordem, de acordo com o pensamento de Raffestin, é algo que está instituído não apenas no sentido estatal, mas, também, nas esferas interpessoais, e que se instala numa sequência de quatro momentos: diferenciação, tradução, relação e regulação. A partir desse entendimento perguntamo-nos: em que medida se instalaria a ‘desordem’? Pensamos que a desordem das fronteiras só aparece quando se observa o fenômeno pela lupa míope do estado, ou seja, a ‘desordem’ é uma expressão que designa a ausência de estado e de ordem, portanto. O que, por vezes é muito difícil de ser compreendido, é que as fronteiras estão no enquadramento ordenado dos estados, mas, ao mesmo tempo, a fronteira é criadora da sua própria ordem, autônoma, e instaladora de toda a sua lógica. Estabelecendo o raciocínio no qual a fronteira não é o lugar da desordem, resta-nos perguntar: o que a ordena? As emergências que aparecem na gênese fronteira impõem diversas irrestrições, fosse pelas dificuldades históricas, como as distâncias dos centros decisórios, ou pela maleabilidade inerente às bordas. Mas, o principal, e que por vezes parece óbvio e estranho ao mesmo tempo, é que a fronteira foi construída e assimilada mais que um requerimento, e sim uma imposição dos estados modernos. Entretanto, ela não nasceu apenas como expressões políticas e bélicas, há que reconhecer-se o seu sentido religioso, premente em

diversos momentos históricos. Exemplo disso foi participação dos ‘padres matemáticos’, contratados pelo Rei Dom João V de Portugal para realizarem estudos astronômicos, “no litoral e no sertão”, em período anterior ao da construção física e diplomática do Tratado de Madrid, na primeira metade do século XVIII (Cortesão, 2001, 07-27).

Não se trata apenas de entender um processo no qual diversos conhecimentos também estavam nas mãos dos religiosos, em especial dos jesuítas, no caso, mas, sobretudo, identificar que os estados, em especial os ibéricos, ainda estavam emaranhados com a Igreja. Desta forma, os estudos de latitude e longitude, por exemplo, que tinham com referência a costa Atlântica, eram dados científicos sistematizados pelos ‘padres matemáticos’. Eram, também, secretos e, ainda, de Estado, fazendo com que esses padres ludibriassem padres jesuítas espanhóis que realizavam tarefa semelhante (Cortesão, 2001, 11-14), em nome da íntima relação que mantinham com o estado português. Assim, a politização das fronteiras, incluindo nelas os tratados internacionais, deu-se, inclusive pelo seu sentido sacro, portanto, profano também. Este complicador pouco tem aparecido nos estudos fronteiriços, exceto quando ocorre a associação entre os rituais religiosos e as territorialidades fronteiriças. Desconheço estudos que indiquem os rituais, ou liturgias, que são praticados como sendo autenticamente da fronteira, mas de raízes religiosas, como a entrega de cotas de suor e sangue do lado mais pobre da fronteira ao mais rico, como sinal de devoção e sacrifício.

### **Considerações Finais**

Abdelmalek Sayad (1998) afirmou que o imigrante padece da inexistência de um Maquiavel que o politize definitivamente. Parafrazeando-o, a fronteira ainda resente da mesma falta. Os discursos políticos ainda fincados em fortes matizes maniqueístas, e, por isso, desprovidos do sentido lógico que Lacan mencionou. A demanda da fronteira está condenada ao padecimento quando nela se busca a chamada ordem nacional, irrestritamente, ou quando dela se abre mão, completamente. Os discursos políticos, e por extensão os acadêmicos também, incorrem na falta de percepção de que a ordem da nação está imanente na fronteira, e disso aqueles que são os agentes do estado pouco se têm dado conta.

De forma paralela a esta visão, as cidades fronteiriças representam também uma forma de integração regional ativa e dinâmica, que reconfigura os espaços dos países envolvidos, criando identidades móveis assim como intercâmbios econômicos e culturais, no cruzamento entre espaços nacionais, regionais e locais. Aquilo que não estanca e que permite a compreensão das suas feridas



e das suas magias. Ou seja, as cidades fronteiriças criam *status* próprios, nos quais se arranjam quanto ao imprevisto que os estados as condenam, fornecendo elementos de sociabilidade, seja através do comércio, seja através do futebol.

Zonas limitantes e permissivas, lugares de violências e de práticas ilícitas, áreas subjugadas e merecedoras de permanentes vigilâncias são algumas das idéias comuns propaladas pelo cotidiano mediático e estatal que terminam tornando algumas de suas complexidades obscurecidas. Ao mesmo tempo em que encontramos o Continente e as suas fronteiras politizadas, vimo-los criminalizados pelas ações e discursos oficiais, expressos pelas instituições de Estado que nelas atuam. Atingidas por estigmas seculares, que buscam ofuscar a própria debilidade dos estados nacionais deste continente, as fronteiras, incluindo as suas vidas urbanas, aguardam novas propriedades.

Não será o bastante reconhecer a existência de tais idéias, mas, sobretudo, identificar outra na qual a sua autonomia, fruto de uma espécie de soberba estatal para com elas, realmente exista e encontra-se à espera de averiguações dos seus aspectos funcionais. Em outros termos, estudos interétnicos, econômicos, políticos, demográficos corroboram com a idéia de que o território fronteiriço é possuidor de complexidades próprias, além das nacionais a que está vinculado. E são tais complexidades que delineiam o estatuto que ele construiu.

Na sua obra Política, Aristóteles, ao explicar o seu método lógico, inseriu a dinâmica política em todas as esferas da vida urbana, desde as administrativas até às domésticas, envolvendo mulheres, crianças, entre outros. Mesmo reconhecendo a extemporaneidade de suas observações filosóficas, ao menos no sentido da amplitude que ele estipula para a importância da vida política, poderíamos encontrar conceitos aristotélicos para a vivência fronteiriça, reconhecendo nela a política como formato e condução. Mas, não a política tradicional e aviltada pelos políticos ‘odiosos ao mundo’, mas, sim, sobretudo, uma política encontrada nas práticas cotidianas e cidadinas e interagida pelos povos que a compõem.

A compreensão sobre o nosso continente perpassa pelo entendimento das dinâmicas trazidas por suas cidades fronteiriças, e pela forma como os estados as enxergam. Mas, também pelas distinções que estão nas origens dos estados que o colonizaram, principalmente, o espanhol e o português, predominantes na geografia da América do Sul. Obviamente, tentando permanentemente fugir às “armadilhas interpretativas” contidas nos sentidos formais que os estudos sobre fronteiras e o imigrante tem seguido, insistentemente, por exemplo.

Um dos caminhos pode estar no entendimento que existe um “certo tempo que não passou”, no qual os “labirintos latino-americanos”, analisados por Octávio Ianni, portanto extrapolados ao Continente, ganham o sentido desconcertante de um lugar cuja civilização se reinventa inovada com a força da ‘tradição’.

Afinal, quando observamos as representações simbólicas das instituições estatais nas fronteiras, não estaríamos vendo a reprodução das bandeiras e brasões, famosos delimitantes medievais? Ou, quando se reivindica a presença onipotente, onipresente e onisciente do Estado, não estaria ali uma versão moderna dos olhos de Deus permanecendo em todos os lugares?

---

### Referências Bibliográficas

ARITÓTELES. *Política*. Trad. de Ivan Lins. São Paulo, Ediouro, 1978.

BALVIDIESO, Valentin Abecia. *La Relaciones Internacionales en La Historia de Bolivia*. La Paz, Editorial Los Amigos del Libro, 1986.

CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Edição Fac-similar. Brasília, Senado Federal, 2001. Tomo II.

IANNI, Octávio. *O Labirinto Latino-Americano*. Petrópolis, Vozes, 1993.

LACAN, Jacques. *O Tempo lógico e a Asserção da Certeza Antecipada*. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio, Zahar, 1998, p. 197-213.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Trad. De Maria Cecília França. Campinas, Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Marco A. M. *Os Imigrantes e as Fronteiras: armadilhas interpretativas*. In: COSTA, E. A. & OLIVEIRA, M. A. M. (orgs.). *Seminário de Estudos Fronteiriços*. Campo Grande, Editora da UFMS, 2009. Pp. 79-88.

RABOSSO, Fernando. *Nas Ruas de Ciudad del Este: Vidas e Vendas num Mercado de Fronteira*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*. Trad. de Christina Murachco. São Paulo, Edusp, 1998.